



Revista Direito e Práxis

ISSN: 2179-8966

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Coimbra, Cecilia Maria Bouças; Monteiro de Abreu, Ana
1968 na França - 2013 no Brasil: Acontecimentos-Resistências
Revista Direito e Práxis, vol. 9, núm. 2, 2018, Abril-Junho, pp. 1100-1121
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

DOI: 10.1590/2179-8966/2018/34074

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350958338020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em [redalyc.org](http://www.redalyc.org)

UFRJ
[redalyc.org](http://www.redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

1968 na França - 2013 no Brasil: Acontecimentos-Resistências

1968 in France – 2013 in Brazil: Happenings-Resistances

Cecilia Maria Bouças Coimbra

Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil. E-mail: gtnm@alternex.com.br

Ana Monteiro de Abreu

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: anaregomonteiro@yahoo.com.br

Artigo recebido em 16/04/2018 e aceito em 25/04/2018.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License

Resumo

Movidas pela afirmação de Gilles Deleuze que qualifica o Maio de 68 francês como um Acontecimento, passamos a nos perguntar: qual o significado desta afirmação? O que este conceito filosófico expressa? Poderíamos considerar Junho de 2013 no Brasil um Acontecimento? Este texto surge no percurso desafiador destas interrogações. Além das contribuições de Gilles Deleuze, contamos com interlocuções de outros pensadores, tais como Félix Guattari, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault.

Palavras-chaves: Acontecimento; Resistência; Micropolítica do Desejo.

Abstract

Moved by the statement of Gilles Deleuze qualifying May 68 as an Event, we question: what is the meaning of this statement? What does this philosophical concept express? Could we consider June 2013 in Brazil an Event? This text emerges from challenging pathway of these interrogations. In addition to the contributions of Gilles Deleuze, we use other thinkers as interlocutors, such as Félix Guattari, Friedrich Nietzsche and Michel Foucault.

Keywords: Event; Resistance; Micropolitics of Desire.

Introdução

Mas é evidente que não se pode deter o movimento. É preciso que o movimento aconteça. Você pode ver que o que está acontecendo é importante! (Gilles Deleuze)

Nestes 50 anos pós maio de 68 francês e vivendo em um país onde, na atualidade, um estado de exceção-policial-repressivo-fascista se impõe, nosso desafio é trazer o que há de comum entre Maio de 1968 na França e as manifestações de Junho de 2013 no Brasil. Para tanto, trabalharemos com um efeito de maio de 68 em nós: a experiência de um outro modo de pensar. O desafio talvez aí se configure como o que nos mantém no movimento incessante de um existir mutante: escrever com palavras-atos-pensamentos desconhecidos. Destituindo de si qualquer essência pensante, somos pensados, somos o efeito de um pensamento que, em nós, busca espaço para se expressar.

“Pensar não é o exercício natural de uma faculdade. O pensamento nunca pensa por si mesmo(...) pensar depende de forças que se apoderam do pensamento. Enquanto o nosso pensamento estiver ocupado por forças reativas, é preciso reconhecer que ainda não pensamos.” (Deleuze, 1976, p. 8)

Se concordamos que pensar não é um exercício natural de uma faculdade, o pensar-escrever um texto passa não por uma vontade de descoberta da verdade, mas por uma vontade de experimentar o encontro com algo que nos faz pensar. Nossa conexão se estabelece, assim, pela ligação do pensamento à vida, onde pensar não é questão de teoria, mas problema de vida. E, se é problema de vida, é história de luta entre forças: forças aprisionadoras da vida e forças liberadoras da potência coletiva de uma vida (Monteiro de Abreu, 2002).

Em alguns anos de experiências como militante-ativista, psicóloga, professora, em partidos políticos ou fora deles / médica em hospitais de periferia, postos de saúde comunitários (em favelas e cidades do interior), grandes hospitais de emergência, hospitais de clínica especializada, sanatórios e manicômios; na universidade e no consultório, acumulamos inquietações. Nos confrontos com os poderes instituídos – nos partidos políticos, na universidade, na psicologia, na medicina e na psicanálise –, ao adotarmos uma atitude crítica em relação ao modo de pensar dominante, fomos forçadas a problematizar o próprio pensamento. Foi a partir do encontro com a construção conceitual de alguns pensadores da Filosofia da Diferença – tais como Gilles Deleuze, Felix Guattari, Michel Foucault e Friedrich Nietzsche na qualidade de *intercessores*¹ – que muitas de nossas questões puderam ganhar corpo e, principalmente, língua. Este texto é fruto desse duplo encontro: com a

¹ Conceito formulado por Deleuze (1992) como a relação que se fabrica entre autores, conceitos, termos que se intercedem. Isto é, relação de intervenção e interferência que desestabiliza e, ao mesmo tempo, possibilita a criação.

força das inquietações que nos forçam a pensar e com a força intercessora de alguns conceitos filosóficos que instrumentalizam o pensar. Trata-se da afirmação da estreita relação entre vida e pensamento, onde pensar é problematizar o que fazemos, o que somos e o mundo em que vivemos. Ou seja, implica em um movimento de abertura que, pretendendo ir além das evidências do já conhecido, nos lança em uma experiência vertiginosa. Mergulhamos no desconhecido, onde as palavras por vezes comparecem e, outras tantas vezes, para nosso desespero, escapam. Nesse empreendimento arriscado, nem mesmo podemos dizer que há um eu que quer (Coimbra e Monteiro de Abreu, 2008). Talvez, apenas nos deixemos conduzir por uma força ativa de criação que nos faz seguir na turbulência do pensar-experimentar-outrar² (Monteiro de Abreu, 2002). Somos, assim, afetadas pela construção de um modo de pensar que faz da crítica algo mais que um soneto melancólico de lamentações, nos levando a colocar em análise o momento presente. Momento em que, resistindo às formulações impostas como verdades inquestionáveis, nos abrimos para pensar o impensável do pensamento, o invisível da visão e o indizível da palavra (Levy, 2003).

Neste texto somos movidas pela afirmação de Deleuze que qualifica maio de 68 como um Acontecimento puro. Passamos a nos perguntar sobre o significado desta afirmação. Acontecimento é a palavra que nos guia e nos produz interrogações. Uma palavra que expressa um conceito filosófico que aqui ousaremos usar na tentativa de responder a seguinte questão: poderíamos dizer que junho de 2013 foi também um Acontecimento?

A escolha deste conceito se dá pela conexão que este estabelece com um outro modo de pensar. Este é, ao nosso ver, o ponto de maior aproximação entre Nietzsche-Deleuze-Guattari-Foucault como forças deflagradoras de uma “contrafilosofia”³: uma analítica que emerge como recusa do modo de filosofar calcado nas noções tradicionais de sujeito e poder, recusa essa que permite afirmar a resistência em um sentido positivo e afirmativo de criação de novas possibilidades de vida. Não possibilidades antecipadamente formuladas, mas possibilidades que são engendradas no próprio processo de mutação. Essa é a novidade, esse é o desafio: pensar-criar em meio ao processo ao invés de seguir reproduzindo modelos que visam atingir metas já estabelecidas.

² O verbo *outrar* é uma expressão inventada pelo poeta Fernando Pessoa e utilizado por Deleuze ao longo de sua obra. É o processo de *outramento* que engendra um ser vivo capaz de inventar-se diferentemente, rompendo com o modelo identitário. Ou seja, outrar é diferenciar-se da pretensão ao idêntico, ao mesmo, à fixidez das formas, onde a multiplicidade de *ser* pode, enfim, afirmar-se em uma existência que vai *sendo*: uno e múltiplo, ao mesmo tempo.

³ Termo usado por Deleuze para marcar, através de Nietzsche, a emergência de outros modos de pensar e agir, capazes de deflagrar práticas políticas distintas em relação à tradição filosófica. (Deleuze, s/data, p. 17)

Novos modos de pensar a resistência: alguns abalos instauradores a partir de maio de 68 na França

Maio de 68 foi um abalo para Gilles e para mim, como para tantos outros... (Felix Guattari).

1. Pensamento e Acontecimento

Não desencadeamos pensamentos por reconhecimento, mas por arrombamento de algo estranho que é sentido e é impulsionador. É essa sensação de arrombamento, de violência, ou, nas palavras de Guattari, de um abalo que faz de maio de 68 um Acontecimento Puro. Um abalo de tal ordem que problematiza o que somos e o que fazemos e coloca no horizonte político e filosófico de nosso tempo uma maneira radicalmente diferente de se conceber as contestações, as revoltas e a ideia de revolução. Um arrombamento que faz com que possamos afirmar que não existe como pensar um sujeito apartado da experiência de mutação operada socialmente. Ou seja, não há uma revolução como lugar distante de si a ser conquistado, mas um revolver que acontece em cada um em meio ao Acontecimento experimentado. Diferentemente do pensamento tradicional, a Filosofia da Diferença se conecta com a intensidade do movimento de criação como possibilidade de resistência. Um outro modo de fazer, uma outra aposta.

Acontecimento nos remete ao plano das forças que produz desestabilização, crises e rupturas e, ao mesmo tempo, cria algo novo. Nos remete a inauguração de um outro modo de perceber e enfrentar as políticas de dominação. Enfrentamento que inaugura algo na recusa do que nos é dado. Recusa que convoca a invenção de outros modos de resistir e existir e vê a liberdade não como o fim da dominação, mas como um contínuo processo de recusa daquilo que quiseram nos fazer crer que éramos, afim de abrir brechas na experimentação de outros (muitos) modos de existir, pensar e agir – novos modos de subjetivação.

Nas palavras de Deleuze:

“Maio de 68 foi a manifestação, a irrupção de um devir⁴ em estado puro. Hoje está na moda denunciar os horrores da revolução. (...) Diz-se que as revoluções têm um mau futuro. Mas não param de misturar duas coisas, o futuro das revoluções na história e o devir revolucionário das pessoas. Nem sequer são as mesmas pessoas

⁴ Diferentemente da Filosofia Tradicional construída em torno do Ser, Deleuze e Guattari se dedicam a pensar o Devir como fluxos-forças que escapam das formas constituídas padronizadas e fazem advir a face móvel, constituinte e mutante da realidade. Tomando como padrão o homem, branco, ocidental, adulto, racional, heterossexual e habitante de cidades, passam a trabalhar com o conceito de Devir na perspectiva de afirmar o diferencial deste padrão majoritário que supõe um estado de dominação.

nos dois casos. A única oportunidade dos homens está no devir revolucionário, o único que pode conjurar a vergonha ou responder ao intolerável". (Deleuze, 1992, p. 211)

Para Deleuze e Guattari, a Vida acontece em dois planos concomitantes de realidade: plano das formas atualizadas, instituídas e plano da virtualidade das forças criadoras de possíveis. Ou seja, para os autores o possível é sempre criado, nunca pré-existe. Ele é criado pelo Acontecimento. Há aí uma nova concepção da matéria, do ser, do sujeito. É a partir da interrogação sobre a constituição do que existe materialmente que Deleuze e Guattari nos apresentam o imaterial da matéria, o devir do ser; enfim, o duplo plano coexistente de tudo que existe. Importante ressaltar que quando falamos de duplo plano não se trata de um outro mundo, uma outra realidade separada, mas duas faces da mesma realidade material. Nesse sentido, a construção conceitual aqui apresentada visa recuperar a crença neste mundo no qual estamos inseridos, buscando ativar e alargar as frestas por onde as forças insistem na vontade de criar mundos possíveis. Nos chamados fenômenos históricos há sempre uma parte de Acontecimento que não se reduz aos determinismos sociais causais. "O Acontecimento é ele mesmo uma ruptura ou um desligamento com relação às causalidades: é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis" (Deleuze e Guattari, 2015). Ou seja, algo que se dá à revelia de nossa previsão. É a emergência de um acaso que desfaz toda e qualquer antecipação e desarma nossa barreira de proteção. Nosso intelecto, movido pelo pensamento reprodutivo do senso comum em busca de verdades, passa o tempo todo se protegendo para tentar barrar o acaso. Mas os acasos retornam, insistem e Acontecem.

O Acontecimento é a emergência da contingência que força o pensamento a pensar. Evento cuja força é capaz de tirar o pensamento do marasmo em que ele se encontra quando ele está reduzido ao hábito e à memória. Todo Acontecimento força o pensamento a pensar. Pensar no infinitivo é Acontecimento e não atividade espontânea e natural. E, só pensamos quando somos forçados a pensar por algo que Acontece. Espontaneamente o pensamento se reduz a reprodução de algo já dado, já pensado. Em sendo livre de toda ordem causal normativa, o Acontecimento produz uma nova normatividade, novas formas de vida, alterando a estética e a maneira de ser na experiência. É, portanto, um fenômeno de visão e percepção que exige desdobramentos de abertura e engendramento de novas possibilidades de vida.

O conceito de Acontecimento afirma um modo de pensar que rompe com o princípio da razão-causal presente no modo de pensar da ciência platônico-cartesiano-positivista ancorado em um fundamento ou causa exterior que transcende a experiência. Diferentemente do pensamento

clássico, o conceito de Acontecimento quer mais do ato de pensar, pois considera fundante a força de uma estranheza que irrompe e impele o pensamento; um estranhamento que abala, desnaturaliza e faz pensar. É neste sentido que afirma que o pensamento não é natural, mas forçado; não é somente reconhecido, mas estranho: “o que é primeiro no pensamento é o arrombamento, a violência,” (Deleuze, 1988, p. 230). Assim, o que funda o pensamento entendido como resistência e criação é o encontro com algo violento que força a pensar.

2. Uma Ontologia do Presente: Poder, Verdade e Modos de Subjetivação

Podemos dizer que maio de 68 funciona como experiência de “ruptura instauradora”. (Dosse, 2010, p. 147). Num claro desdobramento de maio de 68, Gilles Deleuze desenvolve um rico diálogo com Foucault que culmina com a publicação do seu livro sobre Foucault, em 1986 (Deleuze, 1987, p.118). Igualmente afetado pelas lutas de seu tempo, Foucault dirige seu foco sobre as manifestações de luta que, a partir dos movimentos de maio de 68 na França, se apresentam, ao seu ver, como pólos de resistência contra diferentes formas de poder. Encontra nestas manifestações o ponto de partida para o desenvolvimento de uma analítica do poder que toma como objeto de análise as próprias questões suscitadas em meio aos combates experimentados pelos presos, pelos loucos, pelas minorias sexuais, pelas mulheres, pelos estudantes, pelos artistas, etc. Sua preocupação passa por ver o que elas têm em comum, de forma a questionar não uma determinada instituição de poder ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica de dominação, uma forma de poder que faz das singularidades, sujeitos; isto é, “uma forma de poder que subjuga e torna sujeito *a*” (Foucault, 1995, p.235).

“São lutas que questionam o estatuto do indivíduo: por um lado, afirmam o direito de ser diferente e enfatizam tudo aquilo que torna os indivíduos verdadeiramente individuais. Por outro lado, atacam tudo aquilo que separa o indivíduo, que quebra sua relação com os outros, fragmenta a vida comunitária, força o indivíduo a voltar-se para si mesmo e o liga à sua própria identidade de um modo coercitivo. Estas lutas não são nem a favor nem contra o indivíduo; mais do que isto, são batalhas contra o governo da individualização” (Idem, p.234).

O aspecto privilegiado em sua análise se concentra não **no** poder, mas nos efeitos da relação saber/poder relativos a produção de um certo modo de subjetivação. Ou seja, uma analítica do poder/saber que emerge como analítica de uma determinada experiência subjetiva que configura um próprio de si. É avaliando a questão do poder a partir de seus efeitos que Foucault investiga a

realidade, procurando analisar especificamente a entrada em cena do homem como objeto de conhecimento para pensar a emergência de saberes e práticas variadas como, por exemplo, a psicologia e a medicina moderna, como técnicas de poder que atuam na formatação dos humanos a partir das exigências de uma nova configuração das forças sociais. Nesta dinâmica, não há lugar para situar o poder como uma unidade global de dominação, seja o Estado ou a Lei. Trata-se da análise genealógica da relação saber/poder na dimensão de relações de forças que, atualizadas em práticas sociais diversas, produzem saberes relativos a um certo modo de subjetivação dominante em cada período da história, e saberes que escapando da codificação dominante são capazes de produzir modos de subjetivação singulares.

Foucault afirma a filosofia não como abstrata ontologia metafísica de essências atemporais, mas como “ontologia do presente” (Foucault, 2000). Tal como Deleuze, o presente para Foucault não diz respeito ao ser como realidade fenomenológica dada. A “ontologia do presente” tem em vista para seu autor detectar no presente, não a parte do ser, mas justamente a do devir, a parte inatual da realidade atual. A distinção central não se dá entre presente e passado (história cronológica factual), mas entre duas co-dimensões do presente: a dimensão histórica desse presente (atual-real efetuado) e a dimensão não-histórica (inatual-real virtual). O inatual é o novo, a face virtual do presente, o devir-outro do presente: o presente é o que somos; mas inatual, nesse sentido, é o que no presente estamos deixando de ser e nos tornando continuamente em movimentos infinitos. Partir do que acontece e nos afeta no presente, não em busca de uma origem última oculta nas profundezas ou perdida nas alturas, mas acompanhar o jogo de forças que produz uma configuração atual, de tal forma que possamos detectar, ativar e afirmar as forças que insistem na produção de outras configurações, outras formas de pensar, agir, sentir e ser; ou seja, outros modos singulares de subjetivação.

Deleuze ressalta a influência nietzscheana presente na obra de Foucault e o apresenta como o mais atual dos filósofos contemporâneos: “É a atualidade que interessa Foucault, o mesmo que Nietzsche chamava de o inatual ou o intempestivo, isto que é *in actu*, a filosofia como ato do pensamento” (Deleuze, 1987, p. 121).

“Graças a Nietzsche, descobrimos o intempestivo: a Filosofia não é a Filosofia da História, nem a Filosofia do eterno, mas intempestiva, sempre e só intempestiva, isto é, ‘contra este tempo, a favor, espero, de um tempo que virá’”. (Deleuze, 1988, p. 18)

Uma concepção que afirma a filosofia como ato do pensamento, isto é, a filosofia como prática que age, interfere e cria mundos: prática política, portanto. Deleuze considera a análise do

poder em Foucault um prolongamento da concepção nietzscheana da relação entre forças, afirmando-a como um dos pontos mais importantes da construção foucaultiana: “o poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas do saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força e relação de forças, não forma” (Deleuze, 1987, p. 122).

Assim como Deleuze, Foucault se refere ao encontro com Nietzsche como um Acontecimento disruptivo que sacode qualquer pretensão de encontro com a verdade primeira que estaria em algum lugar profundo, estática, como que escondida do tempo. Com Nietzsche o pensamento se abre em palavras-atos capazes de evidenciar as práticas que, ao longo da história, se esforçam por produzir uma forma-homem isenta de paixões, domesticada e encurralada, transformando-a em objeto neutro, definitivo e passivo. Em oposição a esta pretensão, Nietzsche se propõe a pensar o homem como um experimentador de si mesmo, exposto à turbulência das forças que engendram formas sempre mutantes: o homem como composto de relação de forças em constante processo de composição e decomposição. No lugar de um sujeito constituinte trans-histórico, um sujeito histórico – “uma ontologia histórica de nós mesmos”. Afinal, como nos diz Foucault, é esta a tarefa de uma história do pensamento por oposição à história dos comportamentos ou das representações: “definir as condições nas quais o ser humano problematiza o que ele é, e o mundo no qual ele vive” (Foucault, 1984, p.14).

Deleuze (1992) enfatiza esta distinção entre história e devir, indicando uma outra forma de pensar a história que não se reduz à descrição dos eventos numa perspectiva identitária e factual. Citando Nietzsche, associa o *intempestivo* ao que Nietzsche designou como “densa nuvem não-histórica”, isto é, a face intempestiva do Acontecimento que escapa à história. Assim, haveria duas maneiras de considerar o Acontecimento: uma maneira histórica descritiva do Acontecimento já efetuado, na qual aquele que descreve não se conecta, passando ao largo do Acontecimento e, outra, que consiste em nos conectarmos ao Acontecimento em seu devir. No primeiro caso, temos como efeito uma produção histórica desimplicada que age na vertente da conservação, reprodução e, no máximo, de uma variação do já instituído. No segundo caso, trata-se em qualquer esfera do pensar, de um trabalho contínuo e inacabado de mutação da realidade, onde a criação de mundos só se opera na invenção diferencial de nós mesmos. Essa é a aposta de autores como Deleuze, Guattari e Foucault: na história, fazer advir a força propulsora do Acontecimento que nos permite dela desviar, a fim de criar outras possibilidades de experimentação histórica de si e do mundo. O ato criador, ao se realizar como experimentação atual, não se faz pela exclusão da história, mas como processo *intempestivo* de diferenciação do já dado. Não se trata de promulgar o fim da história, mas de encontrar na história “o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais desvia-se

a fim de devir, isto é, para criar algo novo. É exatamente o que Nietzsche chama de Intempestivo”. (Deleuze, 1992, p. 211).

Foucault critica a noção de acontecimento histórico como um fenômeno amplo e geral que seria capaz de atravessar o tempo mantendo-se inalterado. Não se pode pensar um Acontecimento sem pensá-lo em suas múltiplas relações temporais. A história é uma multiplicidade de tempos que se emaranham e se envolvem uns nos outros. Para substituir a noção de tempo que traz consigo um sentido de imutabilidade, propõe a noção de “duração múltipla”. Todo desafio é fazer com que a história possa enriquecer a vida e não esvaziá-la. Desembaraçar-se da conservação, extraindo da história a força presente que possibilita outras invenções de si e do mundo. Talvez o que Nietzsche chamou de “nuvem não-histórica” na história.

Introduzindo o tempo como problema, Foucault inaugura uma outra maneira de conceber as suas análises sobre a verdade, o poder e o sujeito. Desde então, seus estudos de história passam a se configurar como uma estratégia no processo de diferenciação: como isso que é, assim se tornou? Produto de relações de forças móveis e mutantes, a realidade traz em si a potência da diferenciação. Trata-se, portanto, de investigar a passagem, os confrontos entre os modos de subjetivação, a partir dos Acontecimentos de seu próprio tempo: a atualidade como movimento de diferenciação, isto é, a inclinação sobre o presente desviante. Não mais uma analítica da verdade atemporal, mas uma ontologia do presente. Foucault destaca nesta via o que considera ser a tarefa da filosofia como uma análise crítica de nosso mundo:

“Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. (...) A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos” (Foucault, 1995, p. 239).

3. Micropolítica do Desejo, Resistência e Criação

Até aqui trouxemos alguns abalos-pensamentos advindos de maio de 68 que continuam ressoando entre nós. Trata-se da apresentação de um modo de pensar a política e o exercício dos poderes que se desviam dos modelos representativos reprodutivos que, na repetição de um mesmo, impedem o processo de diferenciação que, de muitas maneiras, foi experimentado em maio de 68.

A partir do conceito de Acontecimento, questões se desdobram e se tornam importantes para trazer o que há em comum entre maio de 68 e junho de 2013. Enfatizaremos a seguir o que nos parece crucial nesta aproximação: a Analítica de Poder em Michel Foucault e a construção conceitual em torno da Micropolítica do Desejo apresentada por Deleuze e Guattari.

Foucault, (1977) apresenta uma análise que se difere dos tradicionais postulados da esquerda representativa, onde o poder não mais será avaliado em relação ao aparato jurídico, nem tampouco circunscrito aos aparelhos de Estado. O foco se dirige para os complexos entrelaçamentos microfísicos do poder e seus efeitos nos modos de viver e pensar do homem. A problemática da verdade passa por uma analítica do poder que procura tornar evidente que o homem como sujeito e/ou objeto de conhecimento emerge de relações políticas que engendram os saberes como práticas específicas de poder. A soberania do Estado e a imposição da Lei são para ele apenas formas terminais de poder que se assentam sobre uma extensa rede de micropoderes. Observa que há uma onipresença do poder, mas isto ocorre não porque o poder esteja localizado em um único ponto, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. Desta maneira, o poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. Foucault desloca, assim, a questão: o poder como jogo de forças imanentes, inerentes à experiência produtiva em contraposição à tradicional concepção transcendente e repressiva do poder. Significa pensar o poder não de forma totalizada em sua função repressiva, mas a partir dos seus múltiplos efeitos produtivos. Traz a compreensão do poder como forças que se exercem, nos deslocando dos **estados** e nos colocando no **entre**. Entre como um espaço microfísico que, incluindo a força desejante, traz a possibilidade de nos desviarmos do determinismo histórico. Incita-nos a buscar linhas de resistências e fuga nessa realidade que indicam saídas, não em termos de um lugar de poder, mas na perspectiva do encontro com a potência do existir que Acontece a partir dos abalos que desfazem os territórios já constituídos em nós. Não é um pequeno ou grande acontecimento, mas um Acontecimento que promove rupturas instauradoras em qualquer canto do espaço. O olhar para o micro percebe as vibrações, os fluxos-forças desejantes que se agitam em produções incessantes. É o inventar-se que inventa a si mesmo e inventa mundos o tempo todo diferentemente.

O tema da Microfísica do poder é apresentado por Deleuze e Guattari a partir do Acontecimento de maio de 68 com o Anti-Édipo, publicado em 1972. Neste que, para Foucault, “é um livro de ética, o primeiro livro de ética que se escreveu na França depois de muito tempo” (Foucault, 1977, p. 12), a produção tanto do mundo como da subjetividade se dá pelas múltiplas conexões operadas pelo desejo. Foucault destaca a importância desta construção do Anti-Édipo que

introduz o desejo na política em seu prefácio “Introdução à uma vida não fascista”, à edição norte-americana. Diz ele:

“Apoiando-se sobre noções aparentemente abstratas de multiplicidades, de fluxo, de dispositivos e de acoplamentos, a análise da relação do desejo com a realidade e com a “máquina” capitalista contribui para responder a questões concretas. Questões que surgem menos do porquê das coisas do que de seu como. Como introduzir o desejo no pensamento, no discurso, na ação? Como o desejo pode e deve desdobrar suas forças na esfera do político e se intensificar no processo de reversão da ordem estabelecida?” (Idem, p. 14).

Deleuze e Guattari, a partir do Anti-Édipo, trazem uma concepção de desejo como força de criação, ou seja, uma vontade articulada à potência do viver como criação diferencial de si e de mundos. Afirmam, pois, o primado do desejo, este entendido como movimento de forças que operam no real e em agenciamentos sempre coletivos. Em todo agenciamento de desejo as produções que daí decorrem podem ser expressas tanto de modo molar quanto de modo molecular. A ordem molar corresponde às formações estratificadas que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referência. Os autores nomeiam esta dimensão macro como plano de organização. No entanto, ressaltam e nos fazem ver uma outra dimensão presente em tudo que existe, a dimensão molecular. Esta é nomeada como plano de consistência do desejo, que diz respeito aos fluxos-forças, aos devires, às intensidades. Como se trata de dois planos que coexistem no real, podemos dizer que todo agenciamento desejante, mesmo em sua expressão molar, é atravessado continuamente por fluxos em intensidades variáveis que desestabilizam as formas e, com isso, impedem a sua conservação em uma forma considerada já dada e imutável. Os autores chamam a atenção para a operação que reduz as microrrealidades (fluxos-forças-intensidades-movimentos) a uma única e genérica forma, a macrorrealidade. Apontam para a produção de uma política de esmagamento que visa apagar as linhas de fuga (pontas de desterritorialização nos agenciamentos de desejo⁵), como uma forma de obstruir os movimentos desejantes de criação-invenção de si e de mundos. Ressaltam que nem sempre as linhas de fuga são revolucionárias, mas trazem sempre a potência do revolver dos movimentos das forças ativas de criação. E, é exatamente por esta potencialidade de mutação que as linhas de fugas serão alvo dos mais diversos dispositivos de poder.

Questão eminentemente política: se não montarmos máquinas revolucionárias capazes de permitir a afirmação das expressões desejantes, o desejo continuará sendo manipulado pelas forças de opressão e repressão, ameaçando mesmo por dentro as máquinas revolucionárias. (Deleuze,

⁵ Sobre o tema consultar Deleuze, 1993.

1992). Não há de um lado a produção desejante fantasmática e de outro a produção social de realidade. Só há produção no real, a partir das pontas de desterritorialização dos agenciamentos desejantes que engendram as linhas de fuga, linhas de escape, linhas de invenção. Ou seja, se os agenciamentos, por um lado, estabilizam os processos desejantes quando configuram um território, uma forma, há sempre uma face dos agenciamentos que aponta para a desterritorialização, isto é, para a criação de novos territórios, novas formas. Portanto, a política é política do desejo; a política que visa escapar das obstruções e/ou desfazer os nós que destroem as pontas de desterritorialização dos agenciamentos do desejo, já que é aí que o novo pode emergir. (Coimbra e Monteiro de Abreu, 2018). Nos encontramos, assim, com a perspectiva micropolítica apresentada por Deleuze e Guattari: uma micropolítica do desejo comprometida com a produção de novos modos de subjetivação – modos de perceber, sentir, pensar e agir - com a ideia de um processo de subjetivação mutante e não com uma subjetividade já dada como essência.

Em seu prefácio-manifesto ao Anti-Édipo, Foucault alerta para graus diversos de ameaças que os autores com seus conceitos-ferramentas nos ajudam a combater:

“(...) os ascetas políticos, os militantes sombrios, os terroristas da teoria, esses que gostariam de preservar a ordem pura da política e do discurso político. Os burocratas da revolução e os funcionários da verdade.(...) Enfim, o inimigo maior, o adversário estratégico (embora a oposição do Anti-Édipo a seus outros inimigos constituam mais um engajamento político): o fascismo. E não somente o fascismo histórico de Hitler e de Mussolini – que tão bem souberam mobilizar e utilizar o desejo das massas –, mas o fascismo que está em nós todos, que martela nossos espíritos e nossas condutas cotidianas, o fascismo que nos faz amar o poder, desejar esta coisa que nos domina e nos explora” (Foucault, 1977, p. 14).

Ressonâncias de maio de 68 em junho de 2013 no Brasil

É preciso fazer proliferar uma outra sensibilidade micropolítica, macropolítica, biopolítica, ecopolítica, cosmopolítica, dar nome aos bois, romper um consenso que nos quer abduzir a capacidade de pensar. Sim, fazer do pensamento uma conspiração cotidiana, uma insurgência indomável. Mas o poder não é um domínio absoluto, é uma relação de forças, sempre móvel, e assim comporta sua dose de jogo e margem de indeterminação – e portanto de reversibilidade (Peter Pal Pelbart)

Linhas de Fuga e Resistências Positivas: A Força Indomável no Acontecimento

Quando falamos das manifestações que explodiram em junho de 2013 no Brasil ouvimos de imediato contestações desqualificadoras. Os argumentos se expressam em muitas direções. Nos chama a

atenção o sentido acusatório desqualificador que lhes atribui a responsabilidade pelos golpes que se sucederam a partir do impeachment da presidente eleita e os diversos movimentos de fechamentos conservadores e fascistas que tomaram de assalto o país. No argumento que vincula as manifestações de 2013 aos golpes subsequentes à “democracia representativa”, podemos ver dois modos de abordar esta vinculação. O modo acusatório enxerga a experiência de desterritorialização dessas manifestações como um grande mal, um grande perigo que precisa ser evitado. Um outro modo de abordar a questão, desviando-se do julgamento moral de Bem ou Mal, ao aproximar tais eventos à categoria de Acontecimento, aponta para as duas faces que coexistem na Força do Acontecimento: a face que promove a ruptura, a desestabilização e a desterritorialização e a face que, a partir da ruptura, experimenta e cria novas possibilidades de vida.

Partimos da percepção de que junho de 2013 Acontece, inicialmente, como uma explosão desejante que coloca em xeque os valores e os modos de pensar a vida política estabelecida, através da experimentação de novos modos de expressão e organização das ações nos movimentos que, na recusa identitária e no rechaço a qualquer centralidade, buscam afirmar o anonimato e a horizontalidade que abre e dá passagem às forças que inventam mundos. Tal percepção nos leva a pensar essas manifestações de 2013, em seus momentos iniciais, como Deleuze e Guattari pensaram o maio de 68 francês: como um evento que é ele próprio a “abertura de possível” que “passa para dentro dos indivíduos, tanto quanto para dentro da espessura de uma sociedade” (Deleuze e Guattari, 2015, p. 119). Dito de outra maneira, pensá-lo como Acontecimento puro, “livre de qualquer causalidade normal ou normativa”, já que por aí vislumbramos uma brecha capaz de ver e fazer ver o intolerável e, a partir deste “fenômeno de vidência”, promover uma abertura que nos conecta com a força capaz de gerar novos possíveis ou novas possibilidades de vida. (Idem)

“[...] trata-se da constituição de modos de existência, ou da invenção de possibilidades de vida (...): não a existência como sujeito, mas como obra de arte. Trata-se de inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder, bem como se furtar ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles. Mas os modos de existência ou possibilidades de vida não cessam de se recriar, e surgem novos.” (Deleuze, 1992, p. 116)

Pelbart (2018) ressalta que a importância está em criar “não só outros valores, ou outra hierarquia de valores, mas outra maneira de criar valores e de avaliar o que importa e o que não importa. Mudar o valor das coisas, dizia Oiticica” (p. 2). Portanto, para este filósofo, “Junho de 2013 é a multidão, o Imponderável, o Indomável – ousemos o conceito proveniente de Nietzsche: é a ameaça da transvaloração de todos os valores” (p.1).

Ousamos afirmar que esse desejo de mutação e transvaloração salta nas brechas da nossa história na eclosão inicial das manifestações de Junho de 2013. No entanto, tem sido sistematicamente negado e deliberadamente esmagado pela sucessão de governos e gestões. Nesta sociedade de segurança em que vivemos, os processos de subjetivação capitalísticos se apresentam como produto e produção de resignação com o possível dado visando à reprodução e conservação. Entretanto, esses desejos coletivos podem ser lidos nas brechas e fissuras da vida social padronizada, nas irrupções e colapsos, ainda que marginais, nos breves momentos em que justamente escapa aquilo que se tentava o tempo todo domar, domesticar, silenciar, recalcar (Pelbart, 2018).

Apontamos as resistências-escapes presentes nas manifestações-experimentações de junho de 2013, quando são ocupadas as ruas de muitas cidades brasileiras, quando a urbe se torna um laboratório de experiências que apontam para outros sentidos de vida, quando os gritos e clamores das ruas nos inquietam, nos desassossegam; enfim, nos afetam e nos fazem pensar. Afirmamos, assim, as manifestações-experimentações de junho de 2013 como uma afecção de intensidade, uma explosão: um Acontecimento. “Como os festivais, os levantes não podem acontecer todos os dias – ou não seriam ‘extraordinários’. Mas tais momentos de intensidade moldam e dão sentido a toda uma vida (...) algo mudou, trocas e integrações ocorreram; **foi feita uma diferença**” (Bay, 2001, p.16).

Em junho de 2013, ainda que nos momentos iniciais, como um raio que risca o céu, experimenta-se um outro modo de pensar-experimentar o poder: “não somos pela tomada do poder porque não é possível e porque não nos interessa”, como já vinham afirmando, desde os anos 90, os zapatistas (Coimbra e Sá Leitão, 2009, p. 73). O que importa são os “movimentos de revolta e de desejo que ocupam as ruas, interrompendo a circulação dos carros, dos cosméticos, da força de trabalho, dos antidepressivos, dos *delivery fast food* e dos gestores de tudo isto” (Ludd, 2002, p.16). Estes movimentos expressam o devir-revolucionário que Acontece no plano de imanência através da criação de possíveis ou novas possibilidades de vida. Devir, um fluir sem preocupações com finalidades e objetivos a serem atingidos. Nesta via, escapam dos caminhos que apontam um futuro da revolução que opera por modelos e metas a serem atingidas no plano de transcendência, na busca de realização de um possível já estabelecido: um lugar de poder que visa a ideia de socialismo através de uma grande revolução. Diferentemente, o Devir-revolucionário nos lança na contramão do dever-Revolução.

Tais movimentos afirmam o inédito, o múltiplo e o diverso das forças da vida que insistem em nós: forças que abrem e forçam passagens. Forças múltiplas e inquietas de existências e de mundos que se atualizam em infinitas interrogações criadoras. Manifestações estas que acontecem na duração de um átimo, naquele junho de 2013, que como um tsunami derruba barreiras, normas,

limites padronizados, modelos, abrindo espaço para as diferenças se expressarem: outros espaços, outros tempos, outras questões, outros problemas, outras sensibilidades estranhas a muitos de nós. Outros desenhos são criados, pois “desde já traçam no presente, ou na face atual do presente, uma nova configuração, configurações não atuais” (Dias, 1995, p.14).

“Não vai ter Copa”, (...) “Saímos do Facebook”, “Sexo é amor, sacanagem é 2,95” (referência à tarifa de ônibus), “Mais felicidade, menos Feliciano” (então: presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados), “Depois da cura gay só falta o alvejante para negros”, “É uma vergonha – a passagem mais cara que a maconha”, “Queremos hospitais padrão Fifa”, “É muito motivo, não cabe aqui”, “Meu cu é laico”, “O gigante acordou putô”, “O povo unido não precisa de partido”. (Pelbart, 2018, p. 1).

No clima que antecede à Copa do Mundo de 2014, em junho de 2013, gritos, cantos, danças, risos, expressões de alegria... as palavras gritadas e ritmadas se expressavam em refrãos apaixonados ativados pela paixão popular despertada pelo futebol. Nestes atos o que importava era a sensação que se tinha de alegria, de criação, de vibrações expandidas, de liberação e reverberação diferentemente das forças de fechamento, de anulação, de destruição com as quais convivemos cotidianamente⁶.

“(...) quando arrombaram a porteira da rua, muitos outros desejos se manifestaram. Falamos de desejos e não de reivindicações, porque estas podem ser satisfeitas. O desejo coletivo implica imenso prazer em descer à Rua, sentir a pulsação multitudinária, cruzar a diversidade de vozes e corpos, sexos e tipos e apreender um comum” (Pelbart, 2013).

Importante ressaltar que grande parte dos participantes dessas manifestações era composta de jovens de diferentes segmentos sociais envolvidos em uma grande onda que Acontecia para além de cada um de nós: os do passe livre, anarquistas das mais diferentes posições – alguns utilizando a tática *black block*⁷ – a moçada da periferia em fúria, assim como também grupos furiosos de neonazistas, nacionalistas xenófobos, moralistas anticorrupção⁸, milícias fascistas, agentes infiltrados, etc...

“(...) em 2013, por um instante pareceu que “tudo” poderia ser objeto de protesto, de reivindicação, de desejo, de imaginação, de pensamento, de contestação, de inversão, de enaltecimento... Um caleidoscópio de possíveis foi projetado nos céus do país, formando outras constelações” (Pelbart, 2018, p. 2).

⁶ Sobre o tema consultar Rodrigues, 2017.

⁷ “(...) o *Black Block* é uma tática que nasceu no movimento social alemão nos anos de 1980 para proteger as manifestações de rua da infiltração de agentes provocadores e da ação repressiva da polícia” (Ortellado, 2014).

⁸ Sobre o assunto consultar Abreu e Coimbra, 2008.

Sem Bandeira e Sem Rosto: A Horizontalidade no Acontecimento

Com a identidade perdida, o ataque pode chegar de qualquer lado, inesperado. Tudo passa a ser imprevisível. Portanto, perigoso para os que devem vigiar e punir. (Luther Blisset).

As manifestações-experimentações de junho vão provocando perplexidades e efeitos os mais diversos. Os poderes constituídos, depois de um primeiro momento de silêncio, se vêm forçados a apresentar algumas propostas visando acalmar o clamor das ruas: promessas vagas. Os grandes meios de comunicação se expressam nervosamente produzindo dicotomias e criminalizações: as notícias apontam para a eterna luta do Bem contra o Mal. Os intelectuais, os chamados estudiosos dos fenômenos sociais, os especialistas em segurança pública são acionados e, em sua perplexidade, tentam classificar e explicar o inclassificável, o inexplicável, o inesperado, o imprevisível. Como tais manifestações tão numerosas não puderam ser previstas? Mentalidades esquemáticas e classificatórias obcecadas na explicação racional dos Acontecimentos (Coimbra, 2017). Outros intelectuais e alguns partidos políticos apontam para a oposição entre processo e resultado afirmando que, apesar da riqueza e potência no processo das manifestações (plano de experimentação-imanência, devir-revolucionário), há necessidade de organizar/unificar as fragmentadas pautas para que se possa chegar a algum resultado efetivo (plano de idealização-transcendência, futuro da revolução).

Na expressão não hierárquica que dispensa uma centralidade, a ausência de uma liderança faz advir vozes múltiplas e experiências díspares. A horizontalidade nas relações, a não liderança instituída abre espaço para que as pautas sejam engendradas a cada manifestação. São porta-vozes casuais e eventuais, não havendo controle e/ou direcionamento: “Não temos um Jesus Cristo! Não temos uma liderança!”⁹ nos falava um manifestante. Um outro: “Anote aí: eu sou ninguém!”¹⁰. Ou seja, dribla-se as ciladas policiais dos governantes e da mídia que querem através dos líderes, uma identidade. Vozes das ruas bradavam: “Quem somos nós? Não temos rosto, pois somos múltiplos. Somos todos os rostos que se perdem nas multidões de todos os dias, das filas dos ônibus, dos trens, dos metrô abarrotados (...). Somos todos e nenhum ao mesmo tempo!” Na efervescência do tsunami tão rápido e tão potente nesta eclosão de forças, não houve partido político, sindicato ou qualquer outra estrutura hierarquizada que conseguisse expressar e/ou interpretar essas expressões

⁹ Os dados e algumas falas aqui apresentados foram retirados do filme de Pronzato, 2013.

¹⁰ Título de um artigo de Peter Pal Pelbart in Folha de São Paulo, 19/07/2013, p. A-3.

desejantes. Elas ultrapassavam e arrebatavam a lógica da representação. A estrutura hierárquica partido político foi colocada em questão.

A lógica fortemente presente nos poderes constituídos, produto e produção da subjetividade capitalística, é a da crença em um mundo lá, um mundo modelar. Ou seja, a promessa de um futuro, de uma redenção, da felicidade através da produção da esperança que nos remete para a transcendência de um salvador. Em nossa sociedade de controle tenta-se, através de vários dispositivos, produzir tal crença-captura através de promessas não só advindas dos governos, mas principalmente dos partidos políticos que tentavam, naqueles meses, organizar essas manifestações. Organizar e, com isso, limitar as forças desviantes singulares. Como organizar as “transformações incorpóreas”? A produção de subjetividades “esperançosas-transcendentes” expressa-se como uma força que tenta anular a “experimentação-imanente” convidando-nos a “pensar no futuro”, em um outro mundo apartado da experimentação.

Ações espontâneas foram acontecendo e outros modos de gestão foram sendo gestados nessas experimentações: novos modos de organizar que se abrem e sustentam o não-saber e que não se esgotam neles mesmos. Grupos que se formam e se dissolvem. Em suma, a horizontalidade, a gestão direta, as lideranças fugazes, a formação e dissolução de grupos, as alianças temporárias nos apontam para a criação e produção de respiradouros que falam do inédito, do imprevisível, do acaso, daquilo que não sabemos e jamais se esgota em si mesmo.

“Ontem, um dos oradores na manifestação disse: ‘nós nos encontramos uns aos outros’. Esse sentimento captura a beleza do que está sendo criado aqui. Um espaço aberto (é uma ideia tão grande que não pode ser contida em espaço algum) para que todas as pessoas que querem um mundo melhor se encontrem umas às outras. (...) tratemos este momento lindo como a coisa mais importante do mundo. Porque ele é, mesmo”.(Naomi, 2011).

Efeitos Que Ressoam Em Nós...

Não pretendemos fazer qualquer avaliação sobre o que foram essas manifestações-experimentações em um sentido interpretativo classificatório. Queremos ressaltar o Acontecimento Junho de 2013 que, como um raio que vem repentinamente, passa e fica na ativação de processos de diferenciação.

Sabemos que governar é uma prática que visa extirpar na sua origem, no seu nascedouro tudo que pode subverter a hierarquia organizada e naturalizada. Nesse sentido, “Governar é antes de tudo, e por antecipação, expurgar esta dimensão ingovernável, irreduzível, no limbo do invisível e do indizível, através da reiteração incessante do estado de coisas” (Pelbart, 2018, p.2). No entanto, para

além dos governos, novas possibilidades de vida Acontecem. Caminham lado a lado, as forças que ativam processos de criação e forças de fechamento e endurecimento. É neste sentido, que podemos localizar as reações conservadoras e a criminalização, bem como a afirmação da vida e a potência dos Acontecimentos criadores de novas possibilidades de vida.

Nos anos subsequentes à 2013 acompanhamos a explosão de movimentos e coletivos que, ao ocupar escolas secundárias e universidades, experimentam outros modos de fazer política. Da mesma forma, nas favelas e periferias das grandes cidades proliferam uma infinidade de coletivos com pautas as mais diversas, tentando se esquivar das capturas e tutelas dos movimentos organizados-instituídos e partidos políticos.

Destacamos aqui um diferencial exposto pelo Acontecimento Junho de 2013: uma experimentação que afirma e sustenta o “não-saber”. Experimentação essa que ousa permanecer na problematização, escapando e produzindo desvios para as respostas rápidas exigidas pelos governantes e movimentos-partidos instituídos, seja das ditas direita ou esquerda. O desafio permanece: habitar este fio de navalha e como equilibrista inventar outras línguas, outros corpos capazes de sustentar as interrogações. É a partir do “não-saber” que se cria e se produz outros mundos, outras realidades, escapando do reducionismo imposto pelo pensamento racional, da arrogância da ciência, do imperativo egóico dominante nos humanos em sua obsessão totalitária de soluções absolutas e imediatas.

Experimentando modos singulares de estar no mundo o Acontecimento Junho de 2013 afirma processos de diferenciação que permanecem ecoando e se desdobrando na sintonia do não-saber que se desvia de uma meta, finalidade ou alguma previsibilidade. Esta é a aposta e o grande desafio para todos nós, visto que todo “não-saber” é inerente à Vida em seu fluxo constante de interrogações e provisoriiedades. Essas manifestações atualizam algumas falas do movimento zapatista: “Somos escorregadios; não podemos ser classificados”¹¹. Ou, como “classificar os encantos de um sabiá”? interroga o poeta.¹² “Devir é um processo de passagem”, sussurra o filósofo Claudio Ulpiano: estranhamento, reinvenção e desmanche de certas formas que vão sempre gerando outras.

“(…) não é fácil ser um homem livre: fugir da peste, organizar encontros, aumentar a potência de agir, afetar-se de alegria, multiplicar os afetos que exprimem ou envolvem um máximo de afirmação. Fazer do corpo uma potência que não se reduz ao organismo, fazer do pensamento uma potência que não se reduz à consciência” (Deleuze, 1998, p. 75).

¹¹ Declaração do Subcomandante Marcos. Sobre o tema consultar Coimbra e Sá Leitão(2009).

¹² Barros (2010).

Referências bibliográficas

- ABREU, A.M.M. e Coimbra, C.M.B. “Corrupção: para além do julgamento aprisionador da vida”. In: Gonçalves, M.A. e Magela de Fátima, G. (orgs.). *Outros Olhares: debates contemporâneos*. Belo Horizonte: Ed. Leiditathi, 2008, 61-80.
- BARROS, M. “Livro Sobre o Nada”. In: *Poesia Completa*. São Paulo: Leya, 2010.
- BAY, H. TAZ: Zona Autônoma Temporária. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.
- BLISSETT, L. Guerrilha Psíquica. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2001.
- COIMBRA, C.M.B. e Monteiro de Abreu, A.M.R. “Quando a Clínica se Encontra com a Política”. In: *Polifonias: clínica, política e criação*. Niterói: UFF, 2005, 41-50.
- COIMBRA, C.M.B. e Sá Leitão, M.B. “Fluxos de Utopia Ativa: movimento Zapatista, direitos humanos e psicologia”. In: Calhau, J. (org). *Clínica e Política 2*. Rio de Janeiro: Abaquer/Tortura Nunca Mais/RJ, 2009, 71-84.
- COIMBRA, C.M.B. “Quando uma multidão de anônimos toma a palavra: as manifestações-experimentações de Junho de 2013”. In: Coimbra, C.M.B.; Rodrigues, J. e Valle, L. (orgs). *Dobraduras: Territórios e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017, 243-356.
- COIMBRA, C. M. B. e Monteiro de Abreu, A. M. R. “Problematizando a Experiência Clínicopolítica da Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais”. In: *Revista TransVersos*, UERJ, Departamento de Pós Graduação de História, 2018. No prelo.
- DELEUZE, G. *Pensamento Nômade*. In: Escobar, C. (org), *Por que Nietzsche?* Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, s/data, 9-17.
- DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.
- DELEUZE, G. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Lisboa: Ed Vega, 1987.
- DELEUZE, G. e PARNET, C. (orgs.). *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- DELEUZE, G. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, G. “Desejo e Prazer: carta de Deleuze a Foucault”. In: Pelbart, P. P. e Rolnik, S (Orgs.) Cadernos de Subjetividade/Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica na PUC-SP – v. 1, n 1, 1993, 13-25.

DELEUZE, G. e Guattari, F. “Maio de 68 não ocorreu”. In: Revista Trágica: Estudos de Filosofia da Imanência, vol 8 – número 1 – 1º quadrimestre, 2015. trágica.org/artigos/v8n1/tradução.pdf Acessado em 10/03/2018

DIAS, S. Lógica do Acontecimento: Deleuze e a Filosofia. Porto: Ed. Apontamento, 1995.

Foucault, M. “Uma Entrevista: sexo, poder e a política da identidade”. Disponível em <http://www.nu-sol.org/verve/pdf/verve20.pdf> . Acessado em 10/03/2018.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1977.

FOUCAULT, M. “Introdução à Vida Não Fascista”. In: Deleuze, G. e Guattari, F. O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia. New York: Viking Press, 1977, 11-14.

FOUCAULT, M. História da sexualidade II: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, M. Michel Foucault entrevistado por Hubert L. Dreyfus e Paul Rabinow. In: Dreyfus, H. & Rabinow, P. – Michel Foucault, uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. História da sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1985.

FOUCAULT, M. O que são as luzes? In Ditos e Escritos, vol II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, M. Retornar à História In Ditos e Escritos, vol II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

KLEIN, N. “A Coisa Mais Importante do Mundo”. In: Discurso de Naomi Klein durante Ocupem Wall Street. Nova York, 2011, <http://periodismohumano.com> Acessado em 10/03/2018

LEVY, T. S. A Experiência do Fora: Blanchot, Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Sinergia: Ediouro, 2003.

LUDD, N. (org.). Urgência nas Ruas: black block, reclaim de streets e os dias de ação global. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2002.

MONTEIRO de Abreu, A. Clínica, Biopoder e a Experiência do Pânico no Contemporâneo. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Niterói, UFF, 2002.

ORTELLADO, P. “*Black Blocs*”. In: O Globo, 20/02/2014.

PELBART, P. P. “Anote aí: eu sou ninguém”. In: Folha de São Paulo, 19/07/2013

PELBART, P. P. “Estamos em Guerra”, 19/01/2017. In: <http://outraspalavras.net/quemsomos/>

PELBART, P. P. “Por que um golpe atrás do outro?”. In: Folha de São Paulo, 06/02/2018.

RODRIGUES. J. “Entre bombas e rojões: nosso bloco na rua”. In: Coimbra, C.M.B.; Rodrigues, J. e Valle, L. (orgs). Dobraduras: Territórios e Pesquisa. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2017, 117-126.

Vídeo:

PRONZATO, C. “A Partir de Agora: as jornadas de junho”. 2013.

Sobre as autoras

Cecilia Maria Bouças Coimbra

Psicóloga, Professora Adjunta na Universidade Federal Fluminense, Doutora em Psicologia pela USP, Pós Doutora em Ciência Política pela USP, Fundadora e atual membro da Diretoria Colegiada do Grupo Tortura Nunca Mais/RJ. E-mail: gtnm@alternex.com.br

Ana Monteiro de Abreu

Médica, Psiquiatra, Mestre em Psicologia pela UFF. E-mail: anaregomonteiro@yahoo.com.br

As autoras contribuíram igualmente para a redação do artigo.